

SOUSA GALITO, Maria (2012). Conceito de Lusofonia. *CI-CPRI*, AI, N°18, pp. 1-21.

AI: Artigo de Investigação



Conceito de Lusofonia

Índice:

| | |
|--------------------------------------|----|
| <i>Abstract</i> | 1 |
| 1. Introdução | 2 |
| 2. Lusofonia – Prós e Contras | 2 |
| 2.1 Termo <i>Lusofonia</i> | 2 |
| 2.2 Luso-Tropicalismo | 3 |
| 2.3 Uma Língua, Várias Culturas | 4 |
| 2.4 Ressentimentos Não Ultrapassados | 9 |
| 2.5 Medos e Dúvidas | 11 |
| 2.6 Diferenças Intergeracionais | 15 |
| 3. Conclusão | 17 |
| 4. Bibliografia | 19 |

Abstract

O artigo analisa o conceito de *lusofonia*, os benefícios e inconvenientes do uso da palavra na definição da *comunidade alargada* de falantes de língua portuguesa, nos seus países de origem (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), em regiões autónomas ou na diáspora.

1. Introdução

Estudam-se as vantagens e as desvantagens do uso da palavra *lusofonia* para definir a *comunidade alargada* de falantes de Português, que abarca Estados em que é idioma oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), regiões autónomas de outros países onde é herança cultural (Macau, Goa,...) e a diáspora.

Analisa-se as seguintes questões: a palavra Lusofonia refere-se aos lusos ou reporta-se aos falantes de língua portuguesa? A CPLP reúne oito países com uma ou mais culturas?

Do ponto de vista metodológico, este artigo resultou de pesquisa em fontes bibliográficas secundárias. Considera-se o tema actual, dinâmico e de especial interesse para a comunidade científica.

2. Lusofonia – Prós e Contras

2.1. Termo *Lusofonia*

Analise-se o próprio termo *lusofonia*. No entender de Fernando Cristóvão (2005), doutorado em filologia românica, o conceito de *lusofonia* resulta da conjugação de duas palavras: uma que se reporta a *Luso* sinónimo de lusitano/Lusitânia, ou seja, português/Portugal; e *fonia* que provém do grego e se refere à língua oral. Neste sentido, é uma palavra compósita, abrangente e agregadora.

Fernando Cristóvão (2005) parece defender do uso da palavra *lusofonia* por esta ultrapassar o seu valor etimológico, ao abarcar «(...) laços existentes, uns fortes outros débeis (...)» entre países de língua oficial portuguesa¹. Advoga que uma terminologia que se reporta a Luso, filho do deus romano Baco e aos ascendentes do povo português: «(...) é já uma forma de ultrapassar o nacionalismo e entrar no domínio do mítico e do simbólico.»².

¹ «Porque a etimologia não é tudo, o uso semântico da palavra deu nome aos laços existentes, uns fortes outros débeis, entre a antiga Metrópole e os novos países independentes e regiões, que falam ou falaram a língua comum, exprimindo tradições e valores que também foram comuns durante séculos.» [CRISTÓVÃO, Fernando (2005). Lusofonia. In AAVV, *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores e Associação de Cultura Lusófona, p. 652]

² *Id. Ibid.*

No seu entender, portanto, a *lusofonia* parece ser conceito «(...) mais amplo e mais denso do que o simples conceito linguístico, além de mais adequado do que outros³ que com ele pretendem concorrer.»⁴.

Esta abordagem não é consensual. Será este raciocínio efectivamente *adequado*? Uma palavra que se reporta a uma *fonía comum*, exclui todos quantos nesse território abrangente não falam a língua portuguesa? Será mesmo verdade que “a etimologia não é tudo”? A referência simbólica/mítica aos “egregios avós”⁵ dos portugueses não é, pelo contrário, algo patriótico ou mesmo nacionalista (referência à “Nação” Lusitana)?

Vamos por partes. Discutamos primeiro a teoria do *luso-tropicalismo* e o peso das reivindicações nacionalistas.

2.2. Luso-Tropicalismo

O *luso-tropicalismo* surgiu com o brasileiro Gilberto Freyre, cuja teoria desenvolveu a partir do livro *Casa-Grande e Senzala* (1933), ou seja, décadas antes da Guerra Colonial e do processo de descolonização. Outros livros se seguiram, entre os quais: *Sobrados e Mocambos* (1936); *Nordeste* (1937); *O mundo que o português criou* (1940); *Brasil, Brasis, Brasília* (1968). Sob a perspectiva de Fernando Cristóvão, o *luso-tropicalismo*:

«Trata-se de uma teoria que assume a totalidade do fenómeno da colonização portuguesa nos trópicos como objecto de estudo, tentando racionalizar a emergência de uma sociedade civil a partir de um aglomerado heterogéneo, plural do ponto de vista étnico-cultural, mas condicionado por um poder político exterior e por uma afirmada específica concepção lusíada do mundo e da vida.»⁶

Gilberto Freyre desenvolveu um hibridismo metodológico sobre a realidade concreta do Brasil (sobretudo do Nordeste). Valorizava a mestiçagem do seu povo e concluía sobre a possibilidade do Brasil ter resultado de um equilíbrio de antagonismos, mormente, entre as culturas/tradições/populações europeias, índias e africanas.

Ao desdobrar o seu raciocínio, Gilberto Freyre não descurou os dramas que o seu país atravessou ao longo do processo colonizador; mas parecia reconhecer as especificidades que este trilho produzira no Brasil, ao criar uma sociedade onde, supostamente, a

³ Ou seja, conceitos tais como *Lusografia*, que se reporta à língua portuguesa escrita; e *Lusofilia*, esta sim, especificamente referente ao “amor pelas coisas portuguesas”. [CRISTÓVÃO, Fernando (2005), *op. cit.* p. 652]

⁴ *Id. Ibid.*

⁵ «(...) Ó Pátria, sente-se a voz/Dos teus egrégios avós (...)».[KEIL, Alfredo, *A Portuguesa*. In PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA, *Hino Nacional*, Página Oficial da PRP. URL: <http://www.presidencia.pt/?idc=43>]

⁶ CRISTÓVÃO, Fernando (2005), *op. cit.*, p. 652.

integração e a fusão entre pessoas teria sido superior às verificadas em territórios de colonização anglo-saxónica – como nos EUA⁷.

Mais tarde, a teoria foi usada pela propaganda do Estado Novo português. Em sua consequência, as obras de Gilberto Freyre passaram a ser associadas, de forma depreciativa, às políticas ultramarinas de António de Oliveira Salazar.

Com o advento dos movimentos de autodeterminação e do subsequente processo de descolonização, a teoria do *luso-tropicalismo* foi muito censurada. As doutrinas de esquerda, nomeadamente de índole marxista, não aceitavam a hipótese do processo de intervenção portuguesa – no Brasil, nos PALOP ou noutras regiões do mundo – ter sido minimamente positivo, ressaltando apenas o sofrimento que havia causado às sociedades locais.

O *luso-tropicalismo* de Gilberto Freyre ainda hoje é uma teoria controversa mas nem sempre da mesma forma. A este propósito, recorda-se a mudança de posição de Mário Soares – ex-Presidente da República Portuguesa – desde a crítica veemente⁸, à proposta de uma nova leitura⁹ sobre os ensaios do autor brasileiro.

É uma teoria que tem tanto defensores acérrimos como teorizadores que a depreciam a diferentes níveis. Ma continua a ser revisitada. Cada leitor tire a sua própria conclusão.

2.3. Uma Língua, Várias Culturas

No cerne da questão está a língua portuguesa, idioma comum a mais de 250 milhões de habitantes à escala mundial. No entender de José Seabra (1998):

«(...) [O Português] Tendo sido uma língua de mestiçagem cultural, que assumiu a função de “língua franca” e gerou vários crioulos e papiamentos, ela foi assimilando elementos múltiplos, provenientes de outras civilizações – africanas, ameríndias, asiáticas – através de um polílogo entre os povos que aproximou, nessas outras Descobertas que foram das maneiras de ser e de viver das comunidades que através da sua prática se mesclaram intimamente.»¹⁰

⁷ Vamireh Chacon (2002) insiste em esclarecer este ponto: «Gilberto Freyre nunca afirmou a democracia pronta e cabada na lusofonia, e sim que Portugal e Brasil dela estão mais próximos que qualquer outra cultura ou civilização actual. (...) Compare-se ainda Portugal e Brasil com as relações internas interétnicas nos Estados Unidos e países europeus com pretensão de ditarem normas a esse respeito.» [CHACON, Vamireh (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo, p. 11]

⁸ «Li seus livros. Agora, não lhe perdoe, desculpe que lhe diga, o senhor ter apoiado Salazar. Um homem da sua categoria!» [Mário Soares *apud* IDEM, p. 49]

⁹ «Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as guerras coloniais (...) É verdadeiro o que ele disse sobre o luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro.» [*Id. Ibid.*]

¹⁰ SEABRA, José A. (1998). Por uma política Internacional e uma Diplomacia da Língua Portuguesa. *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilto – Empresa Gráfica, Maia, p. 39.

A *lusofonia*¹¹ reporta-se ao conjunto de falantes de língua portuguesa à escala global. Geralmente abraça o total de habitantes dos países de língua oficial portuguesa (ou seja, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste); mas também os falantes das cidades de Macau (China), Goa, Damão e Diu (Índia); e os membros da diáspora (lusófonos e seus descendentes).

Neste contexto, urge pelo menos três ressalvas. Primeiro, a conservação do português enquanto língua oficial do Brasil e dos PALOP, foi uma escolha livre e consciente dos próprios líderes dos movimentos de autodeterminação. Por exemplo, é conhecida a admiração de Amílcar Cabral pela língua portuguesa¹².

Segundo, ao contrário do que Lourenço Rosário (2007) foi defender em Moçambique¹³, e que outros autores erradamente difundem, os países lusófonos não são apenas os PALOP.

Terceiro, nem todos os habitantes dos Estados membros da CPLP falam/escrevem em língua portuguesa¹⁴; ou reconhecem que o português que falam o é efectivamente¹⁵. O que gera dúvidas sobre um espaço que deve promover a inclusão¹⁶.

¹¹ «O conceito de Lusofonia usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo.» [XVII GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (s/d). Lusofonia. *Portal de Governo*. URL: <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia>]

¹² «O português é o melhor que os tucas nos deixaram.» [Amílcar Cabral *apud* FONTENLA RODRIGUES, José L. (2006). A Visão Sociolinguística e Antropológica das Línguas em Luís Polanah. *Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, N.º 4, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 96 URL: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/561/56100407.pdf>]

¹³ «Normalmente, quando se utiliza a expressão “Países lusófonos” a referência imediata são os países africanos que têm o português como língua oficial e que por circunstâncias históricas foram colónias de Portugal, tendo ascendido à independência na década de 70 do Século XX. E por extensão, já mais tarde, Timor-Leste. Normalmente é senso comum que o Brasil e os brasileiros não são incluídos neste conjunto, muito menos Portugal.» [ROSÁRIO, Lourenço (2007). *op cit.*, URL: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/524802>]

¹⁴ Por exemplo: «Apenas parte dos moçambicanos já se reconhecem como falando e sendo falados pela língua portuguesa. Mas também é verdade que toda a grande nação moçambicana encontra no português a sua língua de construção, o idioma que a projecta num corpo unitário e que a torna capaz de viver na modernidade.» [COUTO, Mia (2007). Língua Portuguesa: cartão de identidade dos moçambicanos. *In AAVV, Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A experiência Portuguesa*, 19/22 Junho. *Ciberdúvidas*. URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1279>]

¹⁵ Ainda que residuais em número, não podemos esquecer que há intelectuais que consideram as variantes regionais de português como já não sendo língua portuguesa. No Brasil, saiu um Decreto n.º 25, de 16 de Setembro de 1935, do antigo Distrito Federal (*Diário Oficial*, 17-09-1935, Actos do Poder Legislativo da Prefeitura do Distrito Federal), para que os livros didácticos só poderem ser adoptados pelo ensino municipal se fizessem referência à *língua brasileira* (e não à língua portuguesa). O ensaísta brasileiro, Afrânio Coutinho, também possui extensa bibliografia em defesa da suposta “língua brasileira”: «O que temos de fazer é adoptar logo a denominação “língua brasileira” como título da nossa língua. (...) A diferenciação linguística do Brasil é um fato inofismável, e a própria linguagem literária veio progredindo no mesmo sentido, tendo-se acelerado a partir do Romantismo. José de Alencar defendeu-se e o próprio Gonçalves Dias já fala em língua brasileira. Há um grande divórcio entre os escritores, que a praticam, e os filólogos, que propugnam uma intransigente fidelidade aos cânones portugueses.»

Por outro lado, vivemos num período da História com tendências a favor da reafirmação das identidades nacionais, reconhecida/difundida em fóruns multilaterais e organizações internacionais. O que se passa no seio dos Estados membros da CPLP não é excepção nesta matéria, ou seja, cada qual vela pelo que lhe é característico.

O importante é compreender que é perfeitamente possível dar espaço a outros valores/idiomas/dialectos/tradições e manter viva a chama da língua portuguesa nas nações onde é oficial, materna ou língua segunda.

Se a *lusofonia* é uma realidade complexa, não tem necessariamente de ser um mar de complicações. Parece ser um espaço linguístico-cultural que se afirma ao nível político-institucional, através da CPLP. É um espaço de liberdade, no qual a língua portuguesa difunde a sua herança e continua a desenvolver o seu padrão, também à imagem de cada país em que é temperada, em que ganha sabor. Portanto, várias culturas lhe dão vida. Para Wladimir Brito (2004) até é:

«(...) pacificamente aceite que a realidade lusófona é multicultural e que a comunidade lusófona mais não é do que um conjunto complexo de grupos humanos antro-po-sócio-culturalmente diferenciados que tem como elemento de articulação uma língua que nela exerce (...) função política, sócio-psicológica e sócio-cultural.»¹⁷

Essa multiculturalidade pode não ser tão “pacificamente aceite”, mas admite-se que seja assaz laureado o seu desígnio à escala global. Fernando Santos Neves (2004) argumenta que: «(...) a lusofonia é essencialmente uma questão de geoestratégia económica e política, que dá sentido a tudo o resto.»¹⁸ e afirma-se num contexto de ecumenismo universal.

Desde logo, a *lusofonia* pode ser um meio com um fim estratégico de interesse mútuo para os Estados membros da CPLP¹⁹. Tem sido desenvolvido pelas elites, projecta-se no futuro, e procura transportar consigo os povos que vivem a experiência²⁰.

[COUTINHO, Afrânio (1983). A língua brasileira. URL: http://lingua-brasileira.blogspot.com/2007_05_01_archive.html]

¹⁶ «Quando a lusofonia foi proclamada como um projecto supranacional houve interrogações que foram levantadas. Eu mesmo questioneei o sentido desse projecto numa realidade plural em que parte dos seus cidadãos não fala português ou fala português como segunda língua.» [COUTO, Mia (2007), *op cit.*, URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1279>]

¹⁷ BRITO, Wladimir (2004). A Cidadania Lusófona: A Condição necessária da afirmação política da multiculturalidade lusófona. In AAVV, *A questão social no novo milénio*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 16/18 de Setembro, Coimbra, p. 1. URL: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painell/WladimirBrito.pdf>

¹⁸ Fernando Santos Neves *apud* PINTO, José F. (2004). Entrevista: a “Lusofonia (In)existente” e a “Lusofonia Necessária”. In *Res-Publica – Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais* (2005), N.º 3, p. 10.

¹⁹ Por exemplo: «O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que séculos de colonização. Mas não o fez por causa de um projecto chamado **lusofonia**. Nem o fez para demonstrar nada aos outros ou para lançar culpas ao antigo colonizador. Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da

Ernâni Rodrigues (2007) reportava-se ao português como elemento: 1) formal, “matriz diferenciadora da *lusofonia*”; 2) antropológico, “resultante da construção/ elaboração secular de uma matriz histórico-cultural”; 3) político, com base na vontade de países soberanos que, ao fundarem a CPLP, o utilizaram como “amplificador/potenciador/ reforçador de poder à escala global”; 4) geopolítico, mediante a sua “cobertura espacial à escala planetária, susceptível de potenciação em termos de uma rede de articulação estratégica de projecção global”; e 5) sociológico, pelo seu “sentimento de identidade interna de unificação por cada Estado, com identificação nacional reforçada pelo espaço linguístico – e a alargar pela identificação com e pelo conjunto dos Oito”²¹.

Por seu lado, autores como Pires de Brito e Barbosa Bastos (2006), explicam que a *lusofonia* pode tentar conceptualizar-se com base em três princípios: globalização, relativização e diversificação. Assim, a comunidade identitária resulta da conjugação de esforços múltiplos (governos, ONG, populações em geral); procura lidar com a sua heterogeneidade (a vários níveis, por exemplo, demográfico, político e económico); e é multicultural²².

Urge compreender que a influência multicultural não se circunscreve apenas às línguas e dialectos locais, mas igualmente à influência de línguas estrangeiras tais como o inglês e o francês, ou mesmo o espanhol e o chinês, pela proximidade com os vizinhos ou grandes investidores. Não admira que, neste processo, a comunicação social, as novas tecnologias e a sociedade civil sejam potenciais aliados/adversários (o que possui vantagens pode gerar desvantagens).

Um idioma comum sobrevive numa rede de permanente distribuição de informação, de afectos e de interesses mútuos. Ou seja, deve evitar-se a todo o custo que a *lusofonia* seja planeada de forma linear, gerida paralelamente aos mais interessados na sua prossecução (os que elegem os seus altos representantes para a CPLP, ou seja, as populações) e se afogue em interesses colaterais ou em externalidades negativas²³.

coesão interna, pela construção da sua própria interioridade.» [COUTO, Mia (2007), *op cit.*, URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1279>]

²⁰ É preciso frisar que, para Ernâni Rodrigues Lopes (2007), a: «Lusofonia, como conceito, reveste-se de uma dupla faceta: 1) por um lado, surge como uma noção geral intelectualmente elaborada pelas elites, vivencialmente percebida e intuída por segmentos significativos das populações e, em maior ou menor grau, explicitamente assumido pelos responsáveis políticos na multiplicidade dos vários graus das estruturas políticas dos vários Estados; e 2) por outro lado, é, inequivocamente, um conceito em processo histórico de construção, em plena projecção para o futuro.» [LOPES, Ernâni R. (2007). *Lusofonia: Conceito e Realidade. In COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, Notícias CPLP, Ano 1, N.º 1, Dossier Especial Expresso, Julho-Agosto, p. 4*]

²¹ Cf. *Id. Ibid.*

²² Cf. PIRES DE BRITO, Regina H. BARBOSA BASTOS, Neusa M. (2006). *Dimensão Semântica e Perspectivas do Real: Comentários em Torno do Conceito de Lusofonia. In LEMOS MARTINS, Moisés de et al. (eds.), Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media. Porto: Campo das Letras, p. 65-77.*

²³ «Políticos que instrumentalizam a cultura e a língua para lubrificar negócios públicos e privados; intelectuais serodiamente fixados em problemas do nacionalismo e que, para fazer ouvir o seu poder

Admite-se que a maior parte dos lusófonos adopte postura intermédia que tenta tirar o maior partido da oportunidade de se expressar num idioma internacional/ universal. Mas há sempre autores que ocupam os extremos desta maneira de pensar.

Se, por um lado, a *lusofonia* pode ser multicultural e assumir várias funções ao empregar o idioma comum, também pode ser uma *forma de estar* que ainda nos une, como se pudéssemos comunicar mesmo sem recorrer a palavras de tanto nos compreender²⁴. Uma ideia romântica que seduz mais do que traduz, mediante uma realidade em que os mal-entendidos se multiplicam. Mas talvez justifique o número de intelectuais a debruçar-se sobre esta matéria apenas por razões idealistas/emocionais/exotéricas²⁵.

Por outro lado, as palavras também devem alimentar e fazer carreira. Ou seja, na *lusofonia* pode haver espaço para explorar as potencialidades do português enquanto língua de trabalho; por este render e ser bom para o negócio; por ser útil no emprego, no comércio, na indústria, na comunicação entre fornecedores/distribuidores/clientes. Neste sentido, a cultura tenta impulsionar a economia, para que a economia possa patrocinar a cultura; para que esta não dependa exclusivamente do mecenato e do voluntariado; e a lusofonia passa a ser uma forma de poder capaz de gerar riqueza para os seus 200 milhões de falantes.

Ainda assim, um programa de trabalhos não se contabiliza apenas em números (até porque o total da população nem sempre traduz a realidade dos efectivos falantes de português) mas em acções de benefício mútuo. Sendo assim, o grande potencial da *lusofonia* reside na perseverança e na união de forças: «De facto, não fora a grandeza da utopia, e talvez a lusofonia não revelasse a vitalidade que tem sido o antídoto para múltiplas contrariedades, geradoras de escusados imobilismos.»²⁶

cultural, "enfocent des portes ouvertes"; empresários à boleia de políticos para proteger interesses que deveriam saber defender mais liberalmente (...)» [CASTRO HENRIQUES, Mendo (s/d), Os três Segredos da Lusofonia. URL: http://www.islasdecaboverde.com.ar/islas_de_cabo_verde/noticias/os_tres_segredos_da_lusofonia.htm]

²⁴ «Coexiste em nós, lusófonos, uma certa sabedoria que nos diz que a felicidade se constrói, sim, mas que também se pode ser feliz só por preguiça. (...) nós não falamos apenas uma mesma língua. Nós sentimos de modo semelhante aquilo que não pode ser dito em língua nenhuma: o peso do Tempo, o sentido da existência, uma certa ideia da eternidade.» [COUTO, Mia (2007), *op. cit.*, URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1279>]

²⁵ «Venho brincar aqui no Português, a língua (...) a língua nossa, essa que dá gosto a gente namorar e que nos faz a nós, moçambicanos, ficarmos mais Moçambique. Que outros pretendam cavalgar o assunto para fins de carreira e poleiro pouco me acarreta. A língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia.» [COUTO, Mia (1997). Perguntas à Língua Portuguesa. *Ciberduvidas*, Antologia, 11 de Abril. URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/antologia.php?rid=118>]

²⁶ FERREIRA FERNANDES, Mário A. (2004). A vitalidade da Lusofonia. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Vol. 6, N.º 1, p. 121. URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpcd/v6n1/v6n1a13.pdf>

Pensamos diferente mas tentamos entender-nos, o que só por si é uma vitória. Portanto, se convivemos na distância podemos unir-nos no respeito mútuo, enquanto rede de pensamento original que se manifesta no quotidiano e brada aos céus o que já não cala por medo, ignorância ou falta de estima. A *lusofonia* é como uma mão com muitos dedos que se entrelaça noutra mão de dedos muitos, que destra ou canhota melhor trabalha em conjunto.

2.4. Ressentimentos Não Ultrapassados

Adriano Moreira advogava, no Seminário sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que deu lugar no Instituto de Altos Estudos Militares (10/11 de Dezembro de 1998), o seguinte argumento basilar: «A história comum, a língua geral, o relacionamento humano superados do passivo inerente a todo e qualquer processo colonizador (...)»²⁷

Mas ainda há memória dos dramas vividos, mormente, durante a Guerra Colonial. O tema é terreno minado, por muito que a paisagem encante o olhar²⁸. No seio da CPLP persistam ressentimentos históricos não superados. Sobrevivem fantasmas e desconfianças nas relações sociais e empresariais, e de forma encoberta nas próprias relações político-diplomáticas entre Estados.

Estes rancores e mitos também podem estar a ser indirectamente alimentados por discursos bem intencionados mas paternalistas, que escamoteiam segundas intenções. Tanto que Fernando Santos Neves (2000) insiste em defender abertamente uma CPLP livre de encobertas pretensões colonialistas:

«A lusofonia não pode ser, mas não está automaticamente excluído que seja ou se torne, uma versão retardada ou camuflada dos colonialismos políticos, económicos e culturais de antanho (Portugal) ou de agora (Brasil). E certos apregoados lusos “regressos a África” constituiriam ainda exemplos desses remanescentes fantasmas.»²⁹

²⁷ MOREIRA, Adriano (1998). A perspectiva Histórica da Língua e da Cultura. O final do milénio. In AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, p. 23.

²⁸ Dr. José Armando Duarte (Cabo Verde): «Essas relações seculares deram lugar, no tempo e no espaço, a toda uma problemática que, hoje mais do que nunca, necessita de cuidado aprofundamento para ser perfeitamente entendida nas suas subtilezas e no seu todo e, ao mesmo tempo, acarinhada. Necessita igualmente, ao aprofundarmos a vertente humana, de um autêntico olho clínico na rebusca de soluções adequadas, para que os resultados se mostrem, no mínimo, eficazes e a ideia da comunidade se afirme (...).» [DUARTE, José A. (1998). A CPLP em Prospectiva. In AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, p. 104]

²⁹ SANTOS NEVES, Fernando (2000). *Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze teses sobre a CPLP e a Lusofonia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 13.

O que gera silêncios? Ou uma falsa vontade de aprofundamento de questões mal geridas³⁰? Ou a revolta contra conceitos, tais como: 1) *lusofonia*/lusófono; 2) *países de expressão portuguesa*, quando o idioma é português mas a *expressão* é nacional (ou seja, angolana, brasileira, cabo-verdiana, etc.); 3) até se desconfia da CPLP, enquanto noção e projecto, qual esta caminhasse para forma abstrusa de hegemonia portuguesa ou brasileira sobre os outros povos.

Se a dúvida gera confusão, então, a *lusofonia* terá de ser, mais do que um processo de construção, uma aprendizagem? Ferreira Fernandes (2004), afirma-o com todas as letras:

«(...) ser lusófono não é uma prerrogativa natural dos falantes de língua portuguesa, pois é necessário - e mesmo urgente - aprender a sê-lo. A lusofonia é hoje um modo de conviver. (...) E essa atitude pedagógica é tão indispensável quanto urgente, pois, tal como anteriormente referi, a lusofonia é, simultaneamente, um desafio e uma nebulosa, por vezes tingida de nostalgias.»³¹

“Aprender a ser”? Esta teoria parece ser vulnerável do ponto de vista funcional. Torna-se difícil insistir num movimento artificial. Podemos ajudar a construir um projecto em conjunto, mas se precisarmos “aprender” a ser lusófonos ou ensinar a sê-lo, então nunca seremos nada. A CPLP parece subsistir, pelo contrário, porque algo nos une e que é inerente *ao ser*.

Mas a questão não é bem essa. Pressupõe-se que o problema não se centre tanto em palavras (a *lusofonia* é seu exemplo paradigmático) mas em mitos, ressentimentos, confusões ou dúvidas existenciais que condimentam controvérsias sobre matérias essenciais do quotidiano de uma organização internacional como a CPLP – algumas delas mais vividas na prática do que no papel³². Proponho ainda que se aprofunde o tema da *lusofonia* por caminho ainda não abordado: o das diferenças intergeracionais.

³⁰ «(...) o conceito de lusofonia assinala, no contexto da cultura portuguesa, um lugar de “não-reflexão”, de “não-conhecimento” e sobretudo de “não reconhecimento”, quer de si próprio quer do outro. Obviamente que aqui se encontram implicadas questões de índole identitária relativas aos diversos sujeitos envolvidos na lusofonia, problemas de grau e complexidade diversos, mas sobretudo, do lado português, uma estratégia de “esquecimento activo” (...) de “recalcamento” (...) da história colectiva (...)» [BAPTISTA, Maria M. (2006), *op. cit.*, p. 24]

³¹ FERREIRA FERNANDES, Mário A. (2004), *op. cit.*, p. 123.

³² «Não é o termo em si, Lusofonia, que transporta as ambiguidades (...) A falta de consenso resulta do défice epistemológico que por consequência não cobre as zonas cinzentas que os espíritos inquietos querem ver esclarecidos.» [ROSÁRIO, Lourenço (2007). *op. cit.* URL: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/524802>]

2.5. Medos e Dúvidas

Houve mudanças significativas na mentalidade dominante das elites portuguesas nas últimas décadas, após a implementação do modelo que vingou com a Revolução dos Cravos de 1974 e por o país ser hoje pouco mais que uma pequena potência integrada num bloco regional que aspira a Federação – a União Europeia – na qual a sua soberania é regularmente matizada por directivas de Bruxelas.

Mas também porque Portugal está assolado por uma crise estrutural profunda que lhe pôs em causa a própria independência económico-financeira.

Neste contexto, teorias nacionalistas, neo-colonialistas ou nostálgicas que debatem o tema da Lusofonia com o objectivo de Portugal recuperar o “passado ilustre” que foi sucessivamente perdendo após o séc. XV, são pura retórica. Portugal há muito entregou o seu destino ao exterior. As suas glórias pertencem aos livros de História enquanto o país não recuperar credibilidade externa. Estado desprovido de pujança política, económica e/ou estratégico-militar não joga no xadrez internacional, apenas observa ou apoia um dos grandes.

Mas ainda há na elite portuguesa quem sussurre desígnio neocolonialista? Lourenço Rosário (2007) adverte que:

«Independentemente da postura partidária de quem quer que seja e que pode enformar o discurso, hoje na essência, a questão permanece inalterável. (...) Mesmo com o enfraquecimento do Estado português e consequente desaparecimento desse poderio real, os portugueses interiorizaram esse desígnio de grandeza histórica que lhe permite ser contido naquele pequeno retângulo que constitui o seu território.»³³

Na opinião de Luís Aguiar, a palavra *lusofonia* reporta-se a “uma cultura” de língua portuguesa, associada à ideia de um quinto império idealizado por autores portugueses tais como Bandarra, o Padre António Vieira e o escritor Fernando Pessoa³⁴. Maria

³³ «Normalmente, quando se utiliza a expressão “Países lusófonos” a referência imediata são os países africanos que têm o português como língua oficial e que por circunstâncias históricas foram colónias de Portugal, tendo ascendido à independência na década de 70 do Século XX. E por extensão, já mais tarde, Timor-Leste. Normalmente é senso comum que o Brasil e os brasileiros não são incluídos neste conjunto, muito menos Portugal.» [ROSÁRIO, Lourenço (2007). Lusofonia: Cultura ou Ideologia. *Recanto das Letras*, Código do texto T524802, 13 de Junho. URL: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/524802>]

³⁴ «Culturalmente, entendemos o espaço lusófono no contexto da materialização da ideia do V Império, tal como o definiu o Padre António Vieira primeiro, e Fernando Pessoa, depois, conjugando o sonho utópico com um projecto de uma cultura de língua portuguesa. (...) Pode-se pressupor que a Língua Portuguesa é o primeiro passo para a consolidação e afirmação do espaço da Lusofonia, já que ela é o denominador comum e traço de união de comunidades e países com vínculos históricos e patrimoniais comuns.» [AGUIAR, Luís (s/d). A Lusofonia é uma Cultura de Língua Portuguesa. *Notícias Lusófonas*, URL: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=642&category=Entrevista>]

Baptista (2006) defende que o Português une a todos “numa língua e cultura idênticas”³⁵.

Verdade é que a CPLP é uma organização internacional constituída pelas *diferentes culturas* de oito países independentes que conjugam esforços em nome de uma língua oficial comum. Cada país lusófono possui a sua identidade própria. A realidade conjunta é multicultural.

Por outro lado, a CPLP é uma poliarquia enquanto associação de Estados. A ideia de *Império*, mesmo quando associada a um projecto linguístico comum, possui conotação negativa. Uma tal fantasia despertaria fantasmas e reacções explosivas. Portanto, o projecto da CPLP é o de uma *Comunidade* de países independentes, não o de uma Federação ou de um *Império*.

A CPLP baseia-se na língua comum. Existem designações para outros espaços linguísticos, tais como: 1) *Commonwealth*³⁶ ou *anglofonia* para os habitantes dos países de língua oficial inglesa; expressão que recorda a herança anglo-saxã. 2) Comunidade Francófona³⁷ ou *francofonia* – que lembra os Francos, antepassados dos franceses e se circunscreve à população dos países de língua francesa. Mais recentemente, surgiu a palavra *hispanofonia*/hispanidade para cidadãos dos países de língua castelhana,

³⁵ «A Língua Portuguesa irmana-nos a todos numa língua e cultura idênticas, constituindo uma comunidade que é a mesma e igual em todas as partes do Mundo (tal como outrora a Pátria portuguesa, metropolitana e ultramarina)» [BAPTISTA, Maria M. (2006). A Lusofonia não é um jardim ou Da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos. In LEMOS MARTINS, Moisés de et al. (eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media*. Porto: Campo das Letras, p. 37]

³⁶ A *Commonwealth* não possui uma estrutura constitutiva formal, consubstancia-se através de procedimentos aceites por todos e de conferências bienais de Chefes de Governo. Terá nascido em 1931 com a designação original de *British Commonwealth*, mantida até 1946. e possui actualmente quase dois biliões de habitantes distribuídos por 53 territórios autónomos. Mas ainda possui um “traço imperial”, se levarmos em conta que a rainha Isabel II de Inglaterra se mantém como chefe titular da *Commonwealth* desde 1949. [Cf. DOMINGUES, João (2004). Lusofonia, anglofonia, francofonia. *Janus*, URL: http://www.janusonline.pt/docs1998/artigo_janus98_3_2.doc Cf. COMMONWEALTH SECRETARIAT (s/d). About Us. URL: <http://www.thecommonwealth.org/>]

³⁷ O termo *francofonia* pode ter sido inventado ainda no século XIX, mais precisamente em 1880, por Onésime Reclus. Mas a *francofonia* enquanto movimento a favor da língua francesa, para inverter a perda de terreno que já registava perante a língua inglesa, terá começado nos anos 70 do século XX. A *Communauté Francophone* foi idealizada por individualidades como Léopold Senghor, Ould Daddah e Habib Bourguiba. Enquanto organização internacional, nasceu sob a designação de Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), a 20 de Março de 1970 e possui, actualmente, 55 Estados Membros e 13 países observadores. [Cf. LA FRANCOPHONIE (s/d). L’OIF. URL: <http://www.francophonie.org/>] Esta Comunidade ainda gravita em torno de França, seu pólo dinamizador. Para líderes como Abdou Diouf – então Secretário-Geral da Organização Internacional da Francofonia (IOF) – a língua ainda não perdeu o seu lugar cimeiro entre as mais faladas e enumera as iniciativas supostamente bem sucedidas em resultados, tomadas pela IOF nos últimos anos: «Para a nossa organização, a IOF, o uso do Francês como língua mundial é um objectivo estratégico. (...) A única resposta é lutar pela promoção da diversidade cultural e linguística. O futuro da língua francesa depende do resultado desta campanha.» [Abdou Diouf *apud* CHANDA, Tirthankar (2005). There is a need for French in French-speaking countries. *Label France*, N. ° 57, I quarter. (URL: http://www.diplomatie.gouv.fr/label_france/57/gb/20.html)]

defendida em Cimeiras Ibero-americanas anuais³⁸. João Domingues (2004) defende uma posição intermédia, ao explicar que:

«A Commonwealth, a Comunidade Francófona e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa têm em comum o serem, de algum modo, o prolongamento de antigos impérios coloniais. Mas ao contrário das outras, na CPLP a potência mais forte não é antiga metrópole: a importância do Brasil e a dimensão de alguns dos países africanos de língua portuguesa bastam para redimensionar o papel de Portugal e para dar uma natureza própria a essa Comunidade.»³⁹

Mas mesmo que palavras como *Commonwealth* e *Francofonia* possuíssem marca colonial associada – até pelo espírito da época em que foram criadas: 1) não tem porque se fazer uma extrapolação directa do mesmo sentimento para a palavra *lusofonia*; 2) outras experiências europeias no ultramar, não têm porque ter sido iguais à portuguesa.

José Eduardo Agualusa (2004), de nacionalidade angolana, revolta-se contra uma concepção de que “não gosta”: «Não gosto porque acho redutora. *Lusofonia* é um termo que diz respeito somente a Portugal e nem a Portugal diz porque o português só existe porque os lusitanos perderam a guerra contra os romanos.»⁴⁰ Mas depois acrescenta: «(...) a expressão lusofonia não faz jus àquilo que a palavra deveria representar, não é como Commonwealth, que é uma expressão bonita e que vai para além da Inglaterra.»⁴¹

Enfim, se a palavra *Commonwealth* é mais bonita do que *Lusofonia*, é uma questão de gosto, mas na prática, a escolha pode ser entre uma condição hierárquica (com a rainha Isabel II no topo e a Grã-Bretanha qual pólo da rede e centro de influências) e um ideal de igualdade entre Estados membros, em cuja mesa redonda exercem influência máxima em presidências e secretariados executivos rotativos, e em reuniões de Chefes de Estado (CPLP).

O assunto pode ser colocado sob perspectiva alternativa. Um português parece ter dificuldades em compreender porque é que um brasileiro ou um moçambicano se revoltam contra a ideia de serem considerados *lusófonos*. Mas como é que os portugueses reagiriam perante a ideia de falarem *ibérico* (alusivo à Península Ibérica) ou *hispânico* (que se reporta a *Hispania*, nome antigo da referida península; sem esquecer que, a expressão está actualmente mais associada aos habitantes da América Latina de língua oficial espanhola – castelhano)?

³⁸ Nas Cimeiras Ibero-Americanas participam países de língua oficial castelhana, mas também países de língua oficial portuguesa (Portugal e o Brasil).

³⁹ DOMINGUES, João (2004). *op. cit.* URL: http://www.janusonline.pt/docs1998/artigo_janus98_3_2.doc

⁴⁰ José Eduardo Agualusa *apud* POLZONOFF JR, Paulo (2004). Entrevista com José Eduardo Agualusa, 26 de Julho. URL: <http://www.polzonoff.com.br/entrevista-com-jose-eduardo-agualusa.htm>

⁴¹ *Id. Ibid.*

Os portugueses possuem História tão rica e longa, que se sentiriam à vontade para invocar palavras de Estrabão: “A Lusitânia é a mais forte das nações ibéricas”⁴². Ou poderiam simplesmente rir da situação, com um: “hispanicos da Hispânia romana”, sem que isso lhes ferisse o orgulho, e até disso se pudessem envaidecer. Mas enfim, já não há memória viva da Roma Imperial e ainda há da Lisboa Imperial.

Será então uma questão de ressentimento histórico ainda não ultrapassado? Será uma questão de auto-estima? Pode advogar-se que os confiantes na sua identidade são capazes de refutar um conceito com o qual não se identificam. Mas para povo sem confiança em si mesmo, não há terminologia que ajude a levantar a moral.

No âmbito da auto-estima, o Brasil está muito bem e recomenda-se. Tem assumido poder regional crescente e ao afirma-se cada vez mais na cena global, através do G20 e das reuniões com os BRICA (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A sua força é económica mas daqui a umas décadas poderá auferir armas negociais mais afirmativas na cena internacional. O Brasil.

Outro país com elevada auto-estima desde 2002 é Angola. A sua dinâmica tem potencial de afirmação regional. Entretanto, o seu mercado é sobretudo dinamizado pelos lucros do petróleo e ainda é cedo para concluir se o seu forte crescimento económico não é autofágico.

Pior está Portugal, tolhido desde 2008 pela crise internacional (e há pelo menos uma década por uma crise estrutural interna) e elevada dependência externa. Não poderia, nem que quisesse, voltar a assumir um papel dominante e expansionista no xadrez internacional. Que um dia saiba resolver os seus próprios problemas, já não é mau. Neste momento, ter medo de um Portugal neocolonizador é ridículo. Portugal arrisca-se a ser colonizado, se é que não é já alvo disso mesmo.

Contrariamente à *Commonwealth* e à Comunidade Francófona, a CPLP já foi criada num contexto de pós Guerra-fria; imbuída em valores como os da paz, Democracia e Estado de Direito, integridade territorial e não ingerência, desenvolvimento, justiça social e direitos humanos; enquanto virada para as novas gerações, para as diásporas lusófonas e para o século XXI⁴³. Nesse sentido, a comunidade assenta em três pilares: I) a concertação político-diplomática; II) a cooperação multiforme entre os Estados membros; III) a promoção e difusão da língua portuguesa.

⁴² Estrabão, autor romano (64/63 a.C. a 24 d. C). Cf. CORREIA FERNANDES, Maria da C. (s/d). As Grandes Incursoes Territoriais. In. NORDESTE DIGITAL, *História e Arqueologia – Pré-História do Nordeste*, Miranda do Douro. URL: <http://www.nordeste-digital.com/historia-arqueologia/grandes-incursoes-territoriais.html>

⁴³ Cf. CENTRO DE ANÁLISE E ESTRATÉGIA (2002). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. URL: http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/declar_constitutiva.pdf

O objectivo da CPLP não é semear a hegemonia dos valores e tradições estritamente portuguesas, mas valer pelo reconhecimento da multiplicidade de culturas numa comunidade de países com um idioma oficial comum. Lusofonia é uma designação possível – entre outras – para o grupo de falantes de língua portuguesa.

Resumindo e concluindo, a questão da Lusofonia não é apenas terminológica, é cultural e política. Enquanto for uma questão delicada é, nessa medida, importante. Dificilmente se agrada a todos. Podem usar-se designações alternativas tais como Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou outras que representem interna e internacionalmente o grupo, para que os seus altos representantes possam relacionar-se e legislar de comum acordo sobre temas que sejam do interesse mútuo. No seio da (CPLP) criada em 1996. Cabo Verde (1997) e a Guiné-Bissau (2008)⁴⁴ criaram o “estatuto de cidadão lusófono”, que garante princípios recíprocos, direitos, entre cidadãos de países da CPLP. Em Cabo Verde, com base na Lei N.º 36/V/97, Artigo 2º, consta que: «Para efeitos do presente diploma, considera-se cidadão lusófono o nacional de qualquer dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.»⁴⁵

2.6. Diferenças Intergeracionais

Admite-se a possibilidade de diferenças intergeracionais influenciarem o desenvolvimento do projecto da *lusofonia*, da CPLP. Vejamos porquê. Primeiro, em todos os Estados membros (à excepção do Brasil), a geração no poder foi a que *lutou pela mudança* (fim da ditadura do Estado Novo, descolonização) e que viveu o *período de transição* subsequente (processo que pode ter sido muito diferente em conteúdo e forma, consoante o país/nação em análise).

Em contraposição, as novas gerações apenas viveram o período pós-descolonização. Estas podem não ter assimilado a importância das opções que tomaram os seus antecessores; podem não ter estudado o percurso histórico/cultural/político de outros povos lusófonos, como era prática no tempo dos seus pais e avós, e chegam a desfrutar pouco em comum umas com as outras.

Os mais seniores gerem um tempo de rescaldo e de cicatrização das feridas⁴⁶. Os jovens vivem sobretudo o presente. Os portugueses nascidos depois de 1974/75 foram

⁴⁴ GOMES, Salvador (2008). Guiné-Bissau aprova Estatuto do cidadão lusófono. *BBC para a África*, 17 de Março. URL: http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/03/080317_gbcplpcitizenstatusmt.shtml

⁴⁵ ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE (1997). Estatuto do cidadão lusófono (Lei N.º 36/V/97). URL: <http://www.parlamento.cv/lusofonia/index.htm>

⁴⁶ «Até há pouco tempo atrás tínhamos tendência de sonegar qualquer aspecto positivo ao fenómeno colonizador, o que se entende, por necessidade dialéctica de negação. Era imperioso afirmar orgulhosamente a diferença, mesmo se com algum exagero e arriscando injustiças, para chegar à igualdade no relacionamento. Parece ultrapassada essa fase e hoje assistimos a um esforço conducente a

instruídos com os valores da democracia e da liberdade, no seio da União Europeia e seduzidos pela cultura (cinema, música, ...) dos EUA. Em especial os que não participaram na onda dos chamados “retornados”, dificilmente encaram Portugal como um país que já foi império. Por um lado, muitos aprenderam na Universidade a versão do Portugal PPP (Pequeno, Pobre, Periférico). Por outro lado, reconhecem primeiro as diferenças que os separam dos demais países lusófonos, do que a herança que partilham. Isto quando os seus pais e avós, se inclinam mais para os traços comuns (idioma comum, laços de sangue – mestiçagem) e para o resultado do trabalho que Portugal tentou desenvolver além-mar e que, queixam-se, foi entretanto destruído (sobretudo em Angola e Moçambique, as chamadas *jóias da coroa*).

Os cabo-verdianos tentaram equilibrar a sua dupla proximidade à Europa e a África. Angola sobreviveu a quase trinta anos de guerra civil logo no período pós-independência mas já possui uma geração de miúdos até aos 10/15 anos que nunca viveram o medo e já se sentem completamente integrados na “aldeia global”, sobretudo se tiverem acesso à internet ou tiverem tido a oportunidade de viajar.

A Guiné-Bissau tem os seus próprios problemas. Moçambique está sob a influência regional da Commonwealth, sobretudo exercida pelo país vizinho, a África do Sul.

Os brasileiros viveram sobretudo mutações internas inerentes a um país multifacetado e extenso em território (é praticamente um continente), influenciadas por tendências político-culturais provenientes dos EUA e de países vizinhos. Os mais jovens de Macau, Goa e Timor-Leste sentiram a força hegemónica dos países nos quais gravitaram – tal como a Indonésia, a Austrália, ou mesmo a China e a Índia.

Ou seja, as gerações mais antigas ou mesmo as de transição, ainda encaram/temem Portugal como um centro de influências, detentor de uma cultura e valores específicos que deseja/pode impor aos demais países de língua oficial portuguesa; o que alimenta mitos, ressentimentos ou medos, ambições declaradas ou abscônditas. Porém, as gerações mais jovens vivem experiência multifacetada, mais aberta, baseada nos valores da paz e da liberdade, do multiculturalismo, da solidariedade social, do convívio (mais do que da tolerância), da compreensão mútua, do respeito pela diferença e da comunicação mesmo à distância (alimentada pelo desenvolvimento tecnológico, pela multiplicação dos meios de comunicação e pela difusão da Internet).

Não seria difícil conceber a hipótese dos lusófonos mais jovens listarem prioridades diferentes das dos seus progenitores. Por exemplo, podem velar mais, do que a geração anterior, pela salvaguarda de culturas/línguas locais; ao escrever na Internet em

um repensar sereno da história. Da colonização não vamos esquecer os horrores, porque isso não seria aprender com o passado, mas vamos também reter a ideia positiva do encontro de culturas. E vamos privilegiar este factor para o futuro.» [PEPETELA (1994). Por um recém nascido. In EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA, *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (Novembro). Lisboa: J.M.M. Artes Gráficas Lda., p. 51]

umbundo ou quimbundo; ou a investigar as regras gramaticais e semânticas do crioulo cabo-verdiano, para que este possa ser utilizado de forma acrescida na esfera escrita/formal/parlamentar.

Existe um grupo de indivíduos que talvez ainda vivam o recalçamento de terem sido obrigados a abandonar a terra onde nasceram, expropriados e incorporados numa vaga de migrantes para um Portugal com o qual não se identificavam, tanto que a própria palavra “retornado” é rejeitada com firmeza. Neste grupo há seniores mas também pessoas de 30/40 anos, com experiências e entendimentos diferentes sobre os acontecimentos, de acordo com a experiência que viveram.

Finalmente, serão as gerações mais novas, menos racistas e xenóforas? Serão efectivamente mais cooperantes e prestativas entre si? Restam dúvidas.

As turmas nos estabelecimentos de ensino parecem ser cada vez mais multiculturais, mas os jovens também são menos educados em contexto familiar, convivem menos em espaços naturais e livres, crescem sozinhos em frente a um televisor ou agarrados à Internet, o que pode limitar as suas aptidões sociais. Na camada jovem as taxas de desemprego são elevadas, vivem contextos de falta de perspectivas futuras, e assim têm engordado fileiras de extrema-direita e de extrema-esquerda – mormente na Europa.

As perspectivas futuras dependem do presente que, por sua vez, é condicionado pelo passado. Não há garantias, o que pode ser positivo ou negativo, consoante a forma como os povos interagirem uns com os outros no espaço lusófono.

Como em tudo, o importante é a compreensão e o respeito mútuos. Que haja diálogo. *A conversar é que as pessoas se entendem.* Que reinem consensos alargados entre povos que gostam de relacionar-se entre si e construir modelos que promovam o bem-estar comum.

3. Conclusão

Partindo do suposto que a língua portuguesa é idioma em evolução, à semelhança dos países/Nações/povos que a empregam no dia-a-dia, então reportamo-nos a idioma que começou por ser português e passou a ser *lusófono*. Ou seja, o idioma que começou por ser dos lusitanos, evoluiu até à independência proclamada por Portugal no princípio do Século XII, e continuou a apurar-se à medida que outros povos a iam aprendendo e fundindo com ela, desde um princípio de convivência atribulado até à declaração das suas próprias independências. Hoje é uma língua partilhada por mais de 200 milhões de falantes em todo o mundo.

A língua começou por ser portuguesa⁴⁷. Acontece que o idioma, porque é comum, tem evoluído ao longo dos séculos ao acolher de bom grado contribuições e influências; ao cruzar-se com as culturas dos países de destino. Neste sentido, é democrática, viva e útil no mercado de trabalho. As pessoas que a partilham têm *interesse* em empregá-la no seu quotidiano. Neste sentido, a língua é portuguesa, angolana, brasileira, guineense, cabo-verdiana, moçambicana, são-tomense, timorense, etc.

Neste processo, é importante que os lusófonos aprendam a amar o que são *em si* e *entre si*; e a saber reconhecer e lutar pela sua identidade⁴⁸. Possuem traços comuns, mas não visam homogeneizarem-se; almejam unir esforços em prol de benefícios mútuos.

É adoptando postura corajosa e frontal que se identificam correctamente os erros que possam ter ocorrido, mas também se valorizam os benefícios da mútua convivência; e se consegue trabalhar em conjunto em prol de um mundo melhor.

A palavra *lusófono/lusofonia* tem sido definida e estudada por especialistas na matéria. Neste projecto de investigação tentámos explicar a razão pela qual, no nosso entender, o termo não se reporta estritamente aos lusitanos, mas envolve o total de falantes de língua portuguesa à escala global; pelo que admite simultaneamente a *diferença* entre valores e culturas, e a *igualdade* entre Estados membros da CPLP; a descontinuidade geográfica, a heterogeneidade demográfica e político-económica, mas também uma *forma de estar* com traços comuns.

Portanto, lusófonos são os “falantes de língua portuguesa”. Em princípio, a palavra Lusofonia reforça o que é comum, é um ponto de partida para a comunicação e para a solidariedade. Traduz e estimula a complementaridade. O que não impede a escolha de palavras alternativas que possam agradar mais. Como diria Aristóteles, o fim último é a felicidade⁴⁹.

⁴⁷ «(...) a “Lusofonia”: esta é mais vasta do que os Estados da CPLP, e anterior aos mesmos. Dizer que nela o “português” aglutina, não é conspiração “neocolonial”. É um facto. Se fosse o mirandês, ou o *choqwe*, ou o tétum, a língua universal, dizia-se. Mas não é.» [ROGEIRO, Nuno (2008). Os nossos interesses. *Sábado*, Opinião, Relatório Minoritário, 15 de Maio, p. 58]

⁴⁸ A identidade nacional resulta de um processo de construção histórica e é mais facilmente avaliada em retrospectiva. Ou seja, «(...) a identidade nacional. E, antes de mais nada, ela – cambiante, condicionada e condicionante – é melhor que o “carácter nacional” enumerativo, impressionista, estático, auto-elogioso ou auto-depreciativo, quando na realidade vale mais pelo que esconde do que pelo que revela, como o mostrou Octávio Paz em *O labirinto da Solidão*. A identidade não é, pois, essência e sim história.» [CHACON, Vamireh (2002), *op cit.*, p. 18]

⁴⁹ «Agora que terminamos de falar das virtudes, das formas de amizade e das variedades de prazer, resta discutir em linhas gerais a natureza da felicidade, visto afirmarmos que ela é o fim da natureza humana. (...) Se a felicidade é actividade conforme à virtude, será razoável que ela esteja também em concordância com a mais alta virtude; e essa será a do que existe de melhor em nós.» [ARISTÓTELES (1984). *Ética a Nicómaco*. In *Aristóteles* (Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim, Coleção *Os Pensadores*, Vol. II) São Paulo: Nova Cultural; pp. 231-233]

4. Bibliografia

- AGUIAR, Luís (s/d). A Lusofonia é uma Cultura de Língua Portuguesa. *Notícias Lusófonas* URL: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=642&catogory=Entrevista>
- ARISTÓTELES (1984). Ética a Nicómaco. In *Aristóteles* (Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim, Coleção *Os Pensadores*, Vol. II) São Paulo: Nova Cultural.
- ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE (1997). Estatuto do cidadão lusófono (Lei N.º 36/V/97). URL: <http://www.parlamento.cv/lusofonia/index.htm>
- BAPTISTA, Maria M. (2006). A Lusofonia não é um jardim ou Da necessidade de “perder o medo às realidades e aos mosquitos. In LEMOS MARTINS, Moisés de et al. (eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media*. Porto: Campo das Letras, pp. 23-44.
- BRITO, Wladimir (2004). A Cidadania Lusófona: A Condição necessária da afirmação política da multiculturalidade lusófona. In AAVV, *A questão social no novo milénio*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 16/18 de Setembro, Coimbra, pp. 1-15. URL: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel1/WladimirBrito.pdf>
- CASTRO HENRIQUES, Mendo (s/d), Os três Segredos da Lusofonia. URL: http://www.islasdecaboverde.com.ar/islas_de_cabo_verde/noticias/os_tres_segredos_da_lusofonia.htm
- CENTRO DE ANÁLISE E ESTRATÉGIA (2002). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa URL: http://www.caecplp.org/biblioteca/webpdf/declar_constitutiva.pdf
- CHACON, Vamireh (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo.
- CHANDA, Tirthankar (2005). There is a need for French in French-speaking countries. *Label France*, N.º 57, I quarter. URL: http://www.diplomatie.gouv.fr/label_france/57/gb/20.html
- COMMONWEALTH SECRETARIAT (s/d). About Us. URL: <http://www.thecommonwealth.org/>
- CORREIA FERNANDES, Maria da C. (s/d). As Grandes Incursões Territoriais, *Nordeste Digital*, História e Arqueologia – Pré-História do Nordeste, Miranda do Douro URL: <http://www.nordeste-digital.com/historia-arqueologia/grandes-incursoes-territoriais.html>
- COUTINHO, Afrânio (1983). A língua brasileira. URL: http://lingua-brasileira.blogspot.com/2007_05_01_archive.html
- COUTO, Mia (1997). Perguntas à Língua Portuguesa. *Ciberdúvidas*, Antologia, 11 de Abril. URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/antologia.php?rid=118>

- COUTO, Mia (2007). Língua Portuguesa: cartão de identidade dos moçambicanos. In AAVV, *Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A experiência Portuguesa*, 19/22 Junho. Ciberdúvidas. URL: <http://ciberduvidas.sapo.pt/articles.php?rid=1279>
- CRISTÓVÃO, Fernando (2005). Lusofonia. In AAVV, *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores e Associação de Cultura Lusófona, pp. 652-656.
- DOMINGUES, João (2004). Lusofonia, anglofonia, francofonia. *Janus*, URL: http://www.janusonline.pt/docs1998/artigo_janus98_3_2.doc
- DUARTE, José A. (1998). A CPLP em Prospectiva. In AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, p. 103-112.
- FERREIRA FERNANDES, Mário A. (2004). A vitalidade da Lusofonia. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Vol. 6, N.º 1, p. 121. URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpcd/v6n1/v6n1a13.pdf>
- FONTENLA RODRIGUES, José L. (2006). A Visão Sociolinguística e Antropológica das Línguas em Luís Polanah. *Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, N.º 4, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 91-99 URL: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/561/56100407.pdf>
- GOMES, Salvador (2008). Guiné-Bissau aprova Estatuto do cidadão lusófono. *BBC para a África*, 17 de Março. URL: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/03/080317gbcpipcitizenstatusmt.shtml>
- KEIL, Alfredo, *A Portuguesa*. In PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA, *Hino Nacional*, Página Oficial da PRP. URL: <http://www.presidencia.pt/?idc=43>
- LA FRANCOPHONIE (s/d). L’OIF. (Consult. 24 Maio 2008). URL: <http://www.francophonie.org/>
- LOPES, Ernâni R. (2007). Lusofonia: Conceito e Realidade. In COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, *Notícias CPLP*, Ano 1, N.º 1, Dossier Especial Expresso, Julho-Agosto, p. 4.
- MOREIRA, Adriano (1998). A perspectiva Histórica da Língua e da Cultura. O final do milénio. In AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, pp. 21-27.
- PEPETELA (1994). Por um recém-nascido. In EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA, *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (Novembro). Lisboa: J.M.M. Artes Gráficas Lda., pp. 51-53.
- PINTO, José F. (2004). Entrevista: a “Lusofonia (In)existente” e a “Lusofonia Necessária”. In *Res-Publica – Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais* (2005), N.º 3, pp. 9-14.

- PIRES DE BRITO, Regina H. BARBOSA BASTOS, Neusa M., Dimensão Semântica e Perspectivas do Real: Comentários em Torno do Conceito de Lusofonia. In LEMOS MARTINS, Moisés de *et al.* (eds.), *Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media*. Porto: Campo das Letras, p. 65-77.
- POLZONOFF JR, Paulo (2004). Entrevista com José Eduardo Agualusa, 26 de Julho. URL: <http://www.polzonoff.com.br/entrevista-com-jose-eduardo-agualusa.htm>>
- ROGEIRO, Nuno (2008). Os nossos interesses. *Sábado*, Opinião, Relatório Minoritário, 15 de Maio, p. 58.
- ROSÁRIO, Lourenço (2007). Lusofonia: Cultura ou Ideologia. *Recanto das Letras*, Código do texto T524802, 13 de Junho. URL: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/524802>
- SANTOS NEVES, Fernando (2000). *Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze teses sobre a CPLP e a Lusofonia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- SEABRA, José A. (1998). Por uma política Internacional e uma Diplomacia da Língua Portuguesa. *VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, 1º Volume, Centro Cultural da Universidade de Macau, Sersilito – Empresa Gráfica, Maia, pp. 37-42.
- XVII GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (s/d). Lusofonia. *Portal de Governo*. URL: <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia>